

ATA DE REUNIÃO

Aos nove dias do mês de março de 2022, por volta das 09h30, realizou-se a reunião presencial no CEFAP, localizado na Rua Francisco Barbosa, 1480, Cidade Nova, com seguintes participantes Eduardo Antoniete Campanaro (Procuradoria Geral do Município), Neide Aparecida Souza Lopes (Secretaria de Finanças), Marina Lana Mattos Maenza (Secretaria de Administração e Recursos Humanos), Luís Fernando do Nascimento, Dr. Tiago Alves Siqueira, Hernandes Sebastião Neves Junior, Ademir Vicente Alves e Adilson Alves Pereira (representantes do Sindicato dos Servidores e Empregados Públicos Municipais de Franca e Região), Dr. Fabricio Facury Fidalgo e Rafael de Barros Pustalo (Faculdade de Direito de Franca) e Paulo Sérgio Moreira Guedine (representante da Uni-FACEF). Participaram, ainda, da reunião de negociação, o servidor Rosalvo de Almeida Filho (servidor público municipal da Secretaria de Educação). A reunião iniciou por volta das 09h30, momento em que o Procurador Geral do Município Dr. Eduardo Antoniete Campanaro concedeu a palavra ao Senhor Presidente do Sindicato, uma vez que a reunião foi solicitada pelo mesmo. Fernando informou que a proposta da Prefeitura de Franca foi rejeitada em virtude da Prefeitura de Franca não estar atendendo os índices dos anos de 2020 e 2021 e as perdas ocorridas no período, além do vale alimentação de R\$800,00 (oitocentos reais). Dr. Eduardo questionou quantas pessoas haviam na assembleia, momento em que Fernando informou que não sabe dizer quantas pessoas estavam no local. Dr. Eduardo disse, ainda, que a Prefeitura de Franca está submetido a alguns princípios e normas, como por exemplo a legalidade e a transparência, inclusive, na transparência do Município é possível que o Sindicato realize o levantamento de todos os índices a fim de verificar se a prefeitura tem capacidade para realizar o reajuste. Fernando disse que foi utilizado o índice de 43% com despesas de folha de pagamento. Dr. Eduardo ainda questionou Fernando se houve análise quanto as receitas e despesas e quanto aos fatos ocorridos no ano de 2021, momento em que Fernando informou que levou em consideração o índice de 43%, que é o que a Prefeitura sempre se utiliza nos acordos coletivos. Fernando informou que nos últimos dois anos houve reajuste de todos os impostos que são receitas do Município, no entanto, não houve reajuste e a Prefeitura de Franca sempre sobrecarrega o servidor, punindo os mesmos, etc. Dr. Eduardo informou que a Prefeitura de Franca não possui um proprietário, ou seja, ela deve ser administrada levando em consideração tudo isso para sua administração. Dr. Eduardo informou que temos alguns problemas relacionados ao

FUNDEB, inclusive, em razão da pandemia a Prefeitura não realizou a aplicação de todos os recursos no de ano de 2021, sendo que pela lei, a Prefeitura pode realizar a aplicação de 10% no ano seguinte como parcela diferida, sendo computada para o ano anterior. Dr. Eduardo informou que a parcela diferida, foi colocada para gastar até abril do ano de 2022, sendo que foi aprovada uma lei na Camara para que os valores restantes fossem pagos aos servidores. Dr. Eduardo informou então que como Fernando não realizou o calculo quanto ao FUNDEB, as parcelas diferidas e os pagamentos que serão realizados no presente ano mas que serão computados para o ano de 2021, para a apreciação do índice de 43%. Dr. Eduardo informou que o ele é responsável pela parte jurídica (legal), Marina para levantamentos de recursos humanos e Neide responsável pelas finanças. Dr. Eduardo informou que desde a primeira reunião a comissão realizou os levantamentos possíveis cada um afeto a sua área. Que a Prefeitura de Franca segue o princípio da transparência. Dr. Eduardo informou que seguimos a boa fé objetiva, buscando a composição e melhor resultado do processo. Dr. Eduardo informou que a Comissão era contra qualquer tipo de “jogo de gato e rato”, ou seja, desde o início a Comissão apresentou aquilo que era possível para o Município de Franca para concessão aos servidores, baseado na perspectiva de contratação, nos índices, nas receitas e despesas, impacto, etc. Que o proposto pela Prefeitura de Franca foram baseados em números reais e análises possíveis. Dr. Eduardo informou ainda quanto a legalidade, uma vez que a Prefeitura não pode realizar uma recomposição sem nem tampouco realizar o levantamento real dos dados. Dr. Eduardo informou que os números são públicos, projetados e planejados. Que os impostos podem até ter sido reajustados, porém não se deve analisar apenas os reajustes, pois isso não significa que houve alteração da receita. Dr. Eduardo informou que Fernando teria veiculado nas redes sociais informações sem análise, ou seja, “a proposta e conceder a inflação de 10,6%, mais 4% em troca das perdas, que as perdas são de 6,22%, de 2021, 3,92% de 2020 e 10,44% referente a 1997 a 2011, quer dar o balão no servidor”. Dr. Eduardo informou que com essa fala o Sr. Fernando informou que o servidor está sendo inflamada para greves ilegais. Fernando disse que tudo que Dr. Eduardo foi balela, sendo que as condições de trabalho dos servidores estão precárias. Que o SIAS nunca compareceu aos locais para ver as condições de trabalho. Que os servidores estão sobrecarregados. Que estão sendo remanejados os servidores professores para realizar substituição de professores. Que a Saúde está sem condições de trabalho. Fernando informou que as informações trazidas pelo Dr. Eduardo são frias.

Fernando informou que só pede a reposição da inflação. Fernando está solicitando respeito aos servidores, uma vez que os servidores estão trabalhando, inclusive, que professores tiveram que comprar equipamentos para as aulas remotas. Fernando informou que os servidores estão revoltados com a administração e sem a reposição da inflação. Dr. Eduardo informou que a vontade da administração é aquilo que consta da lei e não a vontade de cada pessoa. Dr. Eduardo informou que em detrimento das receitas da Prefeitura, não foi possível chegar aos valores solicitados. Que a Prefeitura não teve a arrecadação das receitas reajustadas na mesma proporção da inflação. Dr. Eduardo informou que a Prefeitura de Franca é a primeira a entrar na crise e a última a sair, uma vez que a primeira atitude da população é não pagar impostos e a última coisa que a população faz, é o pagamento de impostos. Dr. Eduardo informou que não foi colocado na assembleia a realidade financeira do município. Dr. Eduardo informou que embora os dados sejam todos públicos, não houve análise dos dados, sendo que falar para o servidor que a Prefeitura quer dar um passa moleque nos servidores, é algo muito ruim. Dr. Eduardo informou que a arrecadação da Prefeitura não corresponde ao reajuste solicitado pelos servidores, sendo que não é possível ao município conceder o valor solicitado pelo Sindicato e tais dados não foram repassados aos servidores em assembleia pelo sindicato. Fernando alegou que os dados não foram apresentados pelo Município, momento em que Dr. Eduardo informou que os dados foram apresentados pela Neide na última reunião. Concedida a palavra ao Hernandes, foi questionado os parâmetros jurídicos para reajuste dos servidores da Secretaria de Educação, FUNDEB, momento em que Dr. Eduardo informou que FUNDEB é composto por diversas verbas federais, estaduais designados para educação. Do montante, 70% é destinado para pagamento de pessoal e 30% para outras despesas. Que essa lei não tem vinculação direta os percentuais da lei responsabilidade fiscal, sendo o reflexo indireto. Dr. Eduardo disse que baseado nessa situação houve um problema quanto a aplicação dos valores no último ano, ou seja, no ano de 2021. Dr. Eduardo disse que até o mês de fevereiro a lei do piso salarial estava sendo cumprida, sendo informado que foi instaurado um processo administrativo para análise da legalidade. Que em detrimento da lei do piso foi instaurado processo administrativo para análise dos fatos. Que caso seja necessário algum ajuste a Prefeitura irá encaminhar a Câmara no projeto de lei de reajuste, as possíveis necessidades para o cumprimento da lei do piso. Fernando questionou qual a composição do salário do professor, ou seja, de 70% é do FUNDEB e 30% são de recursos próprios, momento em

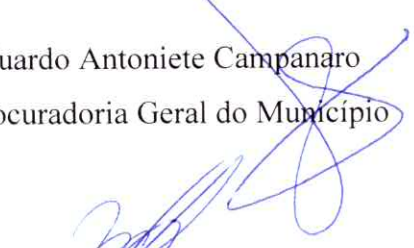
que Neide informou que 100% do FUNDEB deve ser empregado na Educação, uma vez que os 30% restantes não são utilizados para outras finalidades. Que os valores são disponibilizados no Portal da Transparência. Dr. Eduardo solicitou que Fernando avalie a situação dos servidores, tendo em vista que os servidores foram condenados a rever valores, ou seja, realizar a reposição de diversos dias que ficaram no movimento grevista. Dr. Eduardo solicitou que Fernando reflita para que não projete no servidor algo que pode refletir em problemas para os servidores. Marina informou que até o dia 20 de março não é a data limite para finalizar as negociações, uma vez que todas as negociações precisam de ser fechadas e assinadas em acordo coletivo antes, inclusive, da aprovação da lei se faz necessária antes do fechamento da folha que se dá no dia 20 de cada mês. Marina informou que os servidores podem ser prejudicados caso o acordo não seja finalizado em razão do imposto de renda que será descontado dos servidores, já que o cálculo é feito em detrimento do mês de pagamento e não do mês de competência, o que pode gerar aumento de alíquota. O servidor Ademir demonstrou seu holerite e disse que seus vencimentos são por volta de R\$1100,00 líquido, estando afundado em empréstimos, inclusive, que sejam analisadas as necessidades dos servidores que ganham menos. Dr. Eduardo informou que por isso Neide sugeriu um reajuste maior no vale-alimentação, para que os servidores com menores vencimentos sejam melhor remunerados. Dr. Eduardo informou que para conseguir os impactos para os servidores que ganham menores vencimentos, a Secretaria de Finanças propôs o aumento do vale em maior valor. Foi solicitado pelo servidor Ademir uma melhor análise quanto aos números para verificar se é possível algum tipo de proposta melhor. Fernando informou que o cartão alimentação auxilia e muito os servidores, sendo que quando da aposentadoria dos servidores e/ou licença saúde o cartão não é pago. Neide informou que em razão da fala do Sr. Fernando se faz necessária reapresentação do que já foi dito na última reunião. Neide informou que os números apresentados pelo Sindicato são distorcidos daqueles efetivamente divulgados e oficiais. Os índices reivindicados pelo Sindicato, não houve transparência, sendo percentuais jogados. Neide informou que questionou Fernando na primeira reunião em 23/02 quanto as solicitações dos índices apresentados, inclusive, na oportunidade Fernando disse a Neide que “achei que você não iria ver”. Neide informou que o índice apresentado por Fernando era o acumulado de setembro de 2020 e 2021. Neide narrou novamente os índices que foram solicitados pelo Sindicato, não correspondem aos números reais. Neide informou que o Prefeito solicitou respeito aos servidores diante de todos os desafios,

principalmente os servidores da Secretaria de Saúde, não deixando de dizer que a Secretaria de Educação também teve que se inovar e todas as demais secretarias. Neide narrou que a Secretaria de Finanças realizou os levantamentos dos números de maneira real, de forma a atender a legalidade e atender o máximo possível a ser praticado. Neide disse que os números e as apresentações realizadas não foram repassadas aos servidores na assembleia. Neide informou que trabalhou com o índice de janeiro porque não tínhamos índice fechado do mês de fevereiro. Neide informou que há sinalização de que índice de fevereiro será fechado a menor do que aquele de 10,60% apresentado. Fernando questionou a Neide se a valorização do servidor seria de 4%, oportunidade em que Neide informou que essa é a interpretação de Fernando. Neide informou que foi colocado na Assembleia que o índice praticado pela Prefeitura de Franca é de 10,60% não seria o índice real por ser o acumulado em janeiro, no entanto, o índice de fevereiro ainda não foi divulgado e sinaliza que será menor do que o de janeiro (10,6%). Fernando informou que a forma como foi colocado na contraproposta não é passível de ser aceita. Neide questionou se o importante é a forma como foi descrito e não o percentual ou o valor que será aplicado, o que considera ser mais importante para o servidor. Neide informou que as contratações são necessárias e inclusive já estão sendo objeto de estudo. Neide informou que os 43,5% está impactado e não corresponde ao real, uma vez que não estão sendo recebidos os valores para COVID, até a presente data. Neide informou que todos os valores são computados levando em consideração os últimos doze meses da receita corrente líquida. Dr. Eduardo informou que os recursos do FUNDEB deve ser utilizados dentro do ano, entretanto, a lei deixou uma margem de 10% dos valores do FUNDEB que podem ser aplicados em 2022 e podem ser computados para o ano anterior. Que para o exercício de 2021, houve um valor maior que os 10% que sobrou e, assim, a Prefeitura de Franca teve autorização legislativa para pagamento aos servidores, sendo que em 2022 teremos o impacto da parcela diferida e, ainda, dos valores do abono. Fernando informou que não há vedação para concessão no ano de 2022, sendo que Dr. Eduardo informou que a vedação se dá pelo índice de gasto de pessoal. Neide informou que quanto a colocação do servidor Ademir, Neide esclareceu que a Secretaria de Finanças focou nos servidores de menor poder aquisitivo, inclusive, os valores serão aplicados para conceder valor maior aos servidores. Neide informou que a criação do vale se deu em razão de uma proposta do Prefeito Alexandre Ferreira, momento em que Fernando informou que a proposta saiu de uma pauta de reivindicações do Sindicato. Neide informou que com base

nos números que foram levantados, o Município atingirá o percentual de 50,71%, com aplicação do reajuste de 14,6%, sendo que o limite prudencial é 51,3% e não 53,3% conforme informado pelo Fernando aos servidores. Fernando questionou qual o planejamento de contratação, momento em que Neide informou que foi solicitado pelo Departamento de Pessoal e Recursos Humanos um levantamento de todas as Secretarias quanto as necessidades. Neide informou que como se resolve a situação do FUNDEB, como se resolve a situação da urgência e emergência sem realizar a contratação uma vez que os servidores estão cansados e não conseguem mais realizar horas extras. Fernando questionou se o percentual aplicado é correspondente a valorização do servidor, ou seja, 14,6%. Dr. Eduardo questionou se o problema é a redação, momento em que Fernando disse que não aceita a forma como foi redigido o documento da contraproposta. Dr. Eduardo informou que a forma como foi redigida se deu em função da revisão anual geral, sendo assim, Dr. Eduardo informou que estaríamos discutindo a revisão dos últimos doze meses, inclusive, a Prefeitura de Franca foi além do índice de reposição de 2022 e, assim, caso Fernando queira poderá ser realizada a alteração da redação. Marina questionou se caso haja a alteração da terminologia, se Fernando concordaria, uma vez que Fernando disse que só não foi aprovado devido a redação com a retirada de direitos. Dr. Tiago questionou se ha nova proposta, momento em que foi apresentado que não. Dr. Tiago disse que a lei 173 foi mantida na justiça, momento em que não houve a reposição inflacionaria. Tiago disse que Fernando não tem que fazer defesa da contraproposta, apenas realizar a leitura da contraproposta. Dr. Tiago questionou se o FUNDEB irá impactar para o computo do índice com gasto de pessoal. Dr. Tiago informou que não aceitará da forma como foi proposta. Dr. Tiago informou que exige respeito, uma vez que não está sendo respeitado, uma vez que Dr. Eduardo questionou várias vezes se já havia concluído sua fala. Dr. Tiago disse que a contratação na Saúde durante a vigência da 173 poderia ocorrer. Marina narrou que todos que aqui estão são servidores de carreira e não ha nenhum interesse de prejudicar os colegas servidores. Marina informou que o que é falado nas reuniões deve ser considerado para repassar na assembleia. Marina informou que todos os esclarecimentos feitos nas reuniões anteriores não foram repassados aos servidores na Assembleia. Dr. Eduardo informou que para o Dr. Tiago e Fernando que não houve desrespeito, segundo que todas as colocações que foram realizadas nessa reunião foram em razão da veiculação nas redes sociais de que a Prefeitura deu “balão no servidor”, sendo que a Comissão se sentiu ofendida pelas colocações realizadas. Dr.

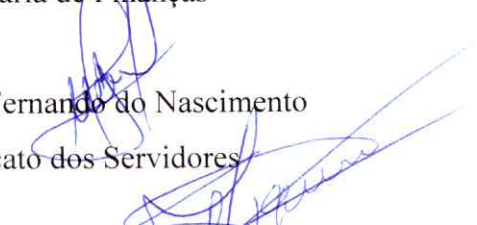
Eduardo disse que foi atacado pelas costas e de forma covarde. Dr. Eduardo disse que foi desrespeitado. Dr. Eduardo informou que o ataque foi realizado nas redes sociais em grupo através do qual não faz parte. Solicitou que seja realizada a análise ponderada pelos servidores. Neide informou que a proposta é 14,6%, sendo que não vê problemas em se alterar a nomenclatura. Dr. Tiago solicitou que conste em ata que o percentual de 6,22% o que é inflação de 2021 será discutido posteriormente, caso tenhamos possibilidade de negociação. Dr. Eduardo se compromete a pensar em redação questionando o Sindicato se há alguma sugestão de redação, momento que Dr. Tiago disse que deve ser apresentado pela Prefeitura e será apresentado a assembleia. Hernandez questionou quais são os parâmetros e projeções de gastos com pessoal que a administração está se utilizando para os cálculos de 2022. Neide disse que está se utilizando da receita corrente líquida dos últimos doze meses, com números projetando com o aumento de 14,6%, o que atingirá o índice de 50,7%. Guedine informou que a questão básica de questionamento é a forma como foi redigido texto da contraproposta, ou seja, as perdas serão discutidas nos próximos dissídios. Neide sugeriu que aguarde o índice para constar corretamente o índice na proposta. Neide informou que foi mantida a proposta inicialmente apresentada. Fernando solicitou que a partir de janeiro de 2023 fosse pago o valor de R\$800,00 no vale-alimentação e, ainda, que seja analisado a possibilidade de aplicação do índice restante da inflação de 2020 e 2021 a partir de 2023. Neide apresentará os números e índices que foram solicitados por Hernandez. Eduardo informou que é o percentual possível que está sendo oferecido e a Prefeitura de Franca apresentará nova redação da cláusula da contraproposta nos termos do que foi sugerido por Guedini, deixando a possibilidade de discutir no próximo dissídio. Ao final, ficou deliberado que a Comissão realizará nova redação para tal cláusula para apresentação ao sindicato e, caso haja concordância do Sindicato, seja encaminhado a apreciação em assembleia a ser realizada na próxima sexta-feira 11/03/2022, caso seja aprovado pela assembleia, para que haja tempo hábil para encaminhar a câmara municipal o projeto de lei visando não ter atrasos para a concessão do reajuste na folha e março de 2023. Fernando solicitou a cópia da filmagem da negociação ocorrida na presente data. Bruno da Comunicação esclareceu, a fim de evitar qualquer tipo de questionamento, que a câmera corta os vídeos de tempos em tempos, não sendo edições realizadas pela comunicação, mas tão somente o modo de operação da câmera existente no município. Nada mais havendo a comentar deu-se por

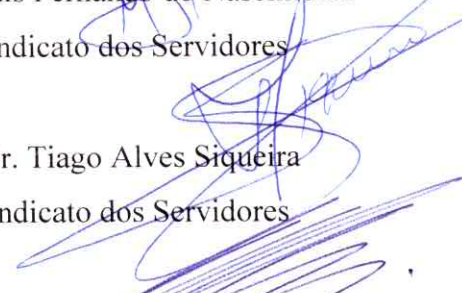
encerrada a presente reunião, foi lavrada a presente ata, pela servidora Ana Flávia Silva de Souza, que após lida e discutida será assinada pelos presentes à reunião.

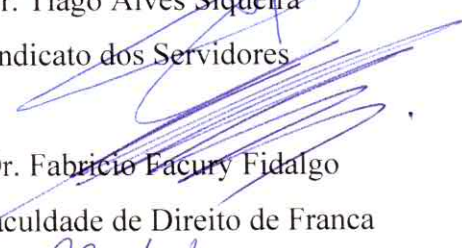

Eduardo Antoniete Campanaro
Procuradoria Geral do Município

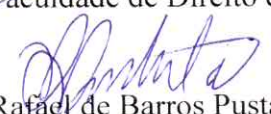

Marina Lana Mattos Maenza
Secret. De Recursos Humanos

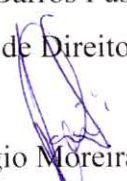

Neide Aparecida Souza Lopes
Secretaria de Finanças


Luís Fernando do Nascimento
Sindicato dos Servidores


Dr. Tiago Alves Siqueira
Sindicato dos Servidores


Dr. Fabricio Facury Fidalgo
Faculdade de Direito de Franca


Rafael de Barros Pustalo
Faculdade de Direito de Franca

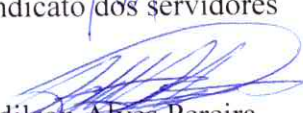

Paulo Sérgio Moreira Guedine
Representante da Uni-FACEF


Rosalvo de Almeida Filho
Secretaria de Educação


Hernandes Sebastião Neves Junior

Sindicato dos servidores


Ademir Vicente Alves
Sindicato dos servidores


Adilson Alves Pereira
Sindicato dos servidores